

Construção de habitação em assentamentos rurais com geração de oportunidades de trabalho e renda - Caso: Assentamento Rural Pirituba II (Itapeva- SP)

Rosana R. Folz^{1*}, Rodolfo Sertori², Akemi Ino³, Ioshiaqui Shimbo⁴

^{1*} *Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade – HABIS - Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo -EESC-USP- e Universidade Federal de São Carlos - UFSCar – São Carlos – SP - rosana.folz@gmail.com*

^{2,3,4} *Grupo HABIS – EESC-USP/UFSCar – São Carlos - SP*

Resumo:

O Grupo de Pesquisa HABIS coordenou, de 2004 a 2007, o projeto Inovarural que possibilitou a construção de 42 unidades habitacionais no Assentamento Rural Pirituba II, quando foram articulados os diferentes agentes envolvidos na cadeia de produção da habitação e fomentadas as atividades que se configurariam como oportunidades de geração de trabalho e renda. O objetivo deste artigo é analisar as estratégias e condições que permitiram a construção de moradias simultaneamente a geração de oportunidades de trabalho e renda para as famílias envolvidas. A estratégia utilizada foi a pesquisa-ação, aplicada por uma equipe de assessoria que acompanhou todo o processo de capacitação, formação e construção. As fontes de evidência utilizadas foram os relatos de viagens, observações diretas, relatórios de pesquisa e arquivos audiovisuais. Os resultados apontaram para a possibilidade de se incorporar, dentro do processo de produção habitacional, a capacitação para atividades que possam gerar trabalho e renda para as famílias que estiveram envolvidas neste processo. A exposição dos resultados deste projeto pode servir como referência para futuras experiências e como base para políticas públicas, considerando as possíveis articulações entre a moradia, o trabalho e a renda que possam estimular a pluriatividade no desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Habitação em assentamentos rurais; Geração de trabalho e renda; Processo participativo; Economia solidária.

1 Introdução

Há poucos estudos sobre processo de produção de moradia em assentamentos rurais. Mais raro ainda são as experiências e estudos que analisaram as possibilidades de geração de trabalho e renda simultaneamente ao processo de produção de habitações nestes assentamentos, como forma de fomentar o desenvolvimento da pluriatividade neste meio rural.

Embora os assentamentos rurais representem o produto de uma conquista com a posse da terra, as famílias que vivem nestes assentamentos permanecem pobres. Segundo Bergamasco (1997), uma pesquisa da Vox Populi no final da década de 1990 revelou que a renda familiar média mensal das famílias que vivem nos assentamentos do Brasil girava em torno de um salário mínimo.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (apud VEIGA; BURLANDY, 2001) define Assentamento Rural como “uma unidade empresarial associativa, de base familiar, autônoma e gerida pelos trabalhadores, que visa o desenvolvimento econômico e social do conjunto de assentados”. Embora o Programa de Reforma Agrária procure pelo menos resolver, através da criação de assentamentos, os três problemas fundamentais das populações carentes do país – comida, habitação e trabalho, estes

assentamentos têm sofrido com a desvinculação entre política fundiária e política agrícola que dificulta a sua viabilização econômica.

Apesar do bom desempenho alcançado em política fundiária, o processo de Reforma Agrária carece de um diagnóstico que aponte as dificuldades encontradas na estrutura fundiária as quais impossibilitam o desenvolvimento da área rural, onde se mantêm e se aprofundam as desigualdades sociais e a miséria (CARDIM; VIEIRA; VIÉGAS, 199_?).

Por outro lado, a política agrícola no Brasil continua beneficiando o grande produtor, o mercado do agronegócio, em prejuízo à agricultura familiar.

A pluriatividade (a conjugação de atividades agrícolas e atividades não agrícolas) tem sido apontada como instrumento alternativo para o êxodo rural gerado pelas transformações capitalistas no campo. Para muitos agricultores familiares descapitalizados e não integrados a cadeias agroindustriais, a pluriatividade torna-se uma importante alternativa de reprodução social, garantindo a estas famílias a possibilidade de permanecerem ligadas a uma atividade agrícola com maior estabilidade frente às incertezas do mercado de trabalho (NASCIMENTO, 2005).

Para os assentados rurais, após a garantia da posse da terra, surge a necessidade da implantação de sua moradia, que pode ser construída “de alvenaria, madeira ou taipa, e de formas as mais distintas: mutirão familiar, troca de favores etc.”(BERGAMASCO, 1997, p.43). Além das atividades agrícolas, estas famílias precisam dividir o seu tempo com a construção de suas casas.

Com uma mobilização coletiva, este processo pode ser feito através do mutirão, ou a autoconstrução assistida, podendo funcionar como uma escola profissional para os moradores, possibilitando o aprendizado útil para atividades não agrícolas e capacitando-os para manter e transformar suas casas. Além disto, “o mutirão cria laços de solidariedade entre os futuros moradores dos conjuntos autoconstruídos, estabelecendo assim um ponto de partida para sua gestão participativa no futuro” (SACHS, 1999, p.183). Uma das vantagens econômicas do mutirão é principalmente a utilização da capacidade de trabalho subempregado das famílias de baixa renda que pode se transformar em poupança-trabalho.

É neste contexto que se apresenta o objetivo deste trabalho: análise das estratégias utilizadas na construção de moradias no Assentamento Rural Pirituba II, e das condições que permitiram o surgimento de oportunidades para geração de trabalho e renda para as famílias envolvidas neste processo.

2 Método

A estratégia de pesquisa utilizada pelo HABIS (Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade – EESC/USP e UFSCar) no Projeto desenvolvido no Assentamento Rural Pirituba II foi o da Pesquisa-ação.

A pesquisa-ação agrega vários métodos e técnicas de pesquisa social conforme cada fase ou operação do processo de investigação, existindo técnicas para coletar e interpretar dados, resolver problemas, organizar ações, e outras. Na pesquisa-ação, os pesquisadores recorrem a métodos e técnicas de grupos para lidar com a dimensão coletiva e interativa da investigação e também técnicas de registro, de processamento e de exposição de resultados (THIOLLENT, 2000, p.26).

Os pesquisadores do Grupo Habis e demais universidades parceiras, juntamente com um grupo de moradores do Assentamento, foram sujeitos atuantes na experiência da organização

e da construção de casas. Reuniões, seminários, entrevistas, aprendizagem conjunta na resolução dos problemas identificados, foram algumas das técnicas utilizadas pelos envolvidos no Projeto. Nesta estratégia geral está incluída a aprendizagem de diferentes tipos de pessoas e a produção de conhecimento obtido pela mediação constante entre o saber técnico e o saber das famílias.

Por outro lado, o método utilizado para analisar o processo de construção das casas e as oportunidades de trabalho e renda surgidas neste processo, produto deste artigo, foi o estudo das seguintes fontes de evidência: relatos de viagens, relatórios de pesquisa, observações diretas e arquivos digitais e audiovisuais.

3 Análise dos resultados

3.1 O Assentamento Rural Pirituba II

O Assentamento Rural Pirituba II é um dos atuais 224 assentamentos contabilizados pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (NERA, 2008), ocupados por um universo de aproximadamente 15.000 famílias. Este Assentamento está em área que ocupa uma parte do município de Itapeva (áreas I e IV) e uma do município de Itaberá (áreas II, III e V), situados no sudoeste do Estado, região que apresenta uma grande concentração de florestas plantadas e, ao mesmo tempo, baixos indicadores sociais.

A população assentada é de origem rural com baixo nível de escolaridade (72% dos moradores possuem o Ensino Fundamental incompleto). Cerca de 89% das famílias vivem integralmente da renda proveniente da exploração do próprio lote e as demais têm sua renda complementada com outras atividades. O Assentamento Pirituba II destina 43% de sua área agricultável a culturas anuais, onde existe uma concentração no cultivo de feijão, e somente 7,64% à pecuária leiteira (IOKOI et al, 2005).

3.2 O Projeto Inovarural

Em 2002, um pequeno grupo de assentados se reuniu para buscar um financiamento junto ao poder público, com ajuda de políticos locais, para construção de suas casas. Ao mesmo tempo, pesquisadores do Grupo HABIS desenvolviam um projeto de pesquisa e de extensão na região do Assentamento Pirituba II, intitulado “Habitação social em madeira de reflorestamento como alternativa econômica para usos múltiplos da floresta”, dentro do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da FAPESP. Ao se conhecerem, em reunião com o poder público local, assentados e pesquisadores resolveram trabalhar juntos para a construção de 42 casas.

A partir de então, o HABIS coordenou até 2007 o Projeto INOVARURAL - “**Habitação rural com inovação no processo, gestão e produto:** participação, geração de renda e sistemas construtivos com recursos locais e renováveis”, que contou com a parceria de algumas Universidades (ESALQ-USP e UNESP-Bauru), da Incubadora de Cooperativas Populares (INCOOP/UFSCAR) e da Caixa Econômica Federal (CEF). Este Projeto foi contemplado com recursos financeiros da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Neste Projeto, as inovações que surgiram durante o processo de construção das 42 habitações podem ser destacadas em relação a três aspectos fundamentais: ao **processo**, contando com a participação das famílias assentadas nos processos decisórios, a formação e capacitação de pessoas nas etapas de construção da habitação e as possibilidades de geração de trabalho e renda; à **gestão**, articulando a participação das famílias e dos diferentes agentes envolvidos na cadeia de produção da habitação e; ao **produto**, desenvolvendo componentes e sistemas construtivos que utilizassem recursos locais e, preferencialmente, renováveis.

As inovações nesses três aspectos permitiram a construção das habitações com uma área construída de 75m², incluindo varanda e tratamento de esgoto, a partir de um projeto arquitetônico discutido coletivamente, dentro do valor do financiamento habitacional obtido (aproximadamente R\$ 9.500,00).

3.2.1. A organização coletiva para construção de 42 casas

Para conhecer a realidade das famílias, foi realizado um levantamento do perfil sócio-econômico e das condições da habitação das famílias do grupo por meio da aplicação de um questionário, além de ter sido realizada uma observação direta da condição da habitação, documentada com fotos e desenhos.

O processo de construção de habitação baseado no trabalho coletivo entre famílias e assessores iniciou-se com diálogos para se conhecerem e construírem paulatinamente suas afinidades para definir os objetivos e acordos comuns a fim de se consolidar um grupo. Depois, o grupo formado entre famílias e assessores precisou articular órgãos públicos de financiamento habitacional, e buscou estabelecer parcerias com outros agentes da cadeia de produção da habitação (empresas produtoras ou fornecedoras de materiais de construção), tendo em vista a necessidade de recursos financeiros para a construção das casas e para o acompanhamento técnico-político dos assessores. É neste momento que apareceu a discussão para se esclarecer o papel de cada um que podia se envolver com o grupo, pois, além das famílias e assessores, começaram a aparecer representantes de órgãos públicos e do setor privado. Como os assessores estavam vinculados a universidades, estes desempenharam também a função de pesquisadores.

As primeiras reuniões foram conduzidas pelos assessores adotando técnicas de moderação de reuniões e dinâmicas de grupo. Na fase inicial de formação do grupo de famílias e assessores foram importantes várias reuniões para a compreensão de interesses em jogo e a explicitação de acordos comuns. Os pontos que precisaram ser explicitados foram: interesses e desejos das famílias e dos assessores; papéis das famílias, assessores e possíveis parceiros; e, possíveis caminhos que o grupo de famílias e assessores podiam seguir.

Em 2004, é formado o “Grupo das Casas”, grupo que iria construir as 42 unidades habitacionais. Em 2003, durante as discussões do projeto de arquitetura e escolha dos materiais construtivos com as famílias, o Grupo das Casas era composto por 78 famílias, distribuídas entre as áreas I e IV. Durante este período, até a assinatura do contrato com a Caixa Econômica Federal, o Grupo das Casas ficou com 49 famílias, sendo 42 que iriam construir casas novas e 7 que iriam reformar a moradia atual.

Com a formalização do grupo iniciou-se a organização para se obter o financiamento habitacional e se discutir o projeto arquitetônico, os materiais construtivos e a estrutura do trabalho para a construção das casas. Foi neste momento que os assessores consultaram as famílias para verificar se consideravam importante a geração de trabalho e renda ao longo do processo de produção de habitação. Os assessores salientaram que poderia ser um aprendizado, principalmente, para os jovens do assentamento que se ocupariam com atividades além da lavoura.

3.2.2 O processo construtivo participativo

Em 2004, foi aprovado pela Caixa Econômica Federal (CEF) o financiamento para a construção das casas, por meio do Programa Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH Rural. O valor total aprovado pela CEF, para a compra de materiais de construção foi de R\$ 7.500,00. Além deste, as famílias também receberam um valor adicional junto ao INCRA de R\$ 2.000,00, totalizando R\$ 9.500,00. Com o financiamento garantido, iniciaram-se as

reuniões para debater a estrutura e o funcionamento do processo da construção das casas, e elaborar o Regimento Interno do Grupo das Famílias para o Mutirão.

Para a construção das moradias, em mutirão co-gestionado, as famílias organizaram-se em sete grupos, de acordo com os seguintes critérios: sistema construtivo, tipologia escolhida, relações de vizinhança, laços de amizade ou parentesco. Um dos grupos foi composto por famílias que iriam terminar ou reformar as casas em que já moravam.

Na definição dos deveres e direitos das famílias durante o processo, destacaram-se os seguintes deveres: ajudar o representante do grupo, comparecer nas reuniões, cumprir os deveres com o grupo, trabalhar nos dias determinados e acatar as decisões tomadas pelo grupo. As famílias definiram como direitos os seguintes pontos: colocar suas opiniões nas reuniões, tomar as decisões e ter conhecimento da prestação de contas.

Para que as famílias participassem diretamente da construção e estivessem informadas sobre o andamento da obra, foram criadas comissões, quais sejam: Comissão de Representantes - representava as famílias de um grupo na reunião das comissões, onde semanalmente eram avaliadas e planejadas as tarefas da obra; Comissão de Compras - realizava a pesquisa de preços dos materiais de construção para a próxima etapa de obra em no mínimo três fornecedores, comprando naquele que achavam melhor custo-benefício (preço baixo e boa qualidade); Comissão de Almoxarifos - organizava a distribuição dos materiais de construção para cada casa ou para as centrais de montagem e pré-fabricação; Comissão de Finanças - recebia as notas fiscais dos materiais entregues na obra e repassava para a Caixa Econômica Federal, para que ela pudesse pagar o fornecedor, além de monitorar o fundo financeiro das famílias e realizar relatórios mensais para apresentação na assembléia.

Além destas Comissões, existiram outras duas Comissões que não funcionaram. Dentre estas, estavam: Comissão de Apoio - cuidaria da segurança e da saúde das famílias durante a obra; e Comissão de Apontadoria - realizaria o controle sobre as horas trabalhadas dentro de cada grupo.

Existia ainda o grupo de Auxiliares que era o elo entre os Assessores e o assentamento, responsáveis por repassar os problemas aos Assessores quando não fosse possível resolvê-los e também para encaminhar decisões coletivas nos grupos de famílias ou no grupo expandido.

Todas as Comissões passaram por capacitações que visavam qualificar as pessoas para desempenharem as suas respectivas atividades. No entanto, a baixa incidência de ensino formal dos membros da comissão criou dificuldades com algumas ferramentas que eles precisavam usar, como cálculos de porcentagem, de área, conceitos de geometria descritiva, ortografia e gramática.

3.3 As oportunidades de geração de trabalho e renda

Ao longo deste processo participativo de construção das casas surgiram no assentamento algumas oportunidades de desenvolvimento de atividades que puderam ser exploradas como alternativa de trabalho e geração de renda complementar. Podem-se destacar aqui as seguintes iniciativas que ainda hoje refletem nas atividades de alguns membros das famílias de Pirituba: capacitação para atividades da construção civil, formação de pessoas para registros audiovisuais e, principalmente, a implantação de uma marcenaria coletiva autogestionária.

3.3.1 Grupo da construção civil

Entre os membros das comissões capacitadas para acompanharem diretamente a obra, estavam os Auxiliares, que eram estudantes do ensino médio do Assentamento. Estas capacitações visavam a formação coletiva para a realização de atividades voltadas para a construção civil, tais como: elaboração de projetos técnicos e de planilhas de controle;

serviços auxiliares no canteiro; controle de qualidade da obra, bem como o registro das atividades (diário de obras).

A proposta desta formação, fundamentada na organização coletiva e autogestionária, ia além dos limites da obra, pois estes jovens capacitados, além de terem tido um contato inicial com diversos trabalhos da etapa construtiva, também poderiam se especializar e atuar nessas atividades como trabalhadores do setor da construção civil.

Da mesma forma que os jovens Auxiliares, muitos assentados também foram capacitados durante o processo construtivo, nas diversas etapas de obra, tais como: fundação, elevação de alvenaria, instalação de esquadrias, fabricação e instalação da cobertura, instalações elétricas, entre outras. Estas capacitações ajudaram alguns assentados a assumirem estes serviços no assentamento e em outras localidades, gerando novas oportunidades de trabalho e complementação da renda familiar.

3.3.2 Grupo “Tô de Olho”

Além das atividades diretamente relacionadas à construção, houve a capacitação de um grupo para produção de materiais audiovisuais. Este grupo, denominado “Tô de Olho” e composto por seis jovens do assentamento, realizou atividades de filmagem das ações no canteiro, das assembléias e das reuniões.

Estas atividades garantiram o registro geral do Projeto, incluindo, além das atividades de canteiro, o processo de formação da marcenaria, bem como a produção de um vídeo.

Ainda hoje, um dos jovens que integrou o grupo continua produzindo vídeos de festas e eventos, como uma alternativa de geração de renda.

3.3.3 Grupo da Marcenaria

Para a produção de componentes construtivos (portas, janelas e estrutura de cobertura) para as casas do Assentamento, utilizando madeiras provenientes de plantios florestais (Pinus e Eucalipto), foi formada uma marcenaria, composta por integrantes das famílias do próprio assentamento. Cada um dos sete grupos deveria ter um representante na marcenaria para a produção dos componentes em madeira. Enquanto o grupo trabalhava na casa do representante da marcenaria, este trabalharia produzindo as portas, janelas e o sistema de cobertura.

Como a rotatividade dos representantes foi muito grande, resolveu-se manter pessoas que demonstravam maior motivação e envolvimento na capacitação para as diferentes atividades da marcenaria. Esta estratégia viabilizou a formação de um núcleo para produção dos componentes para as habitações e o início de um empreendimento coletivo autogestionário, que atualmente vem sendo supervisionado pelo HABIS e pela INCOOP (Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos), em um processo denominado incubação, permeado pelos princípios e valores da Economia Solidária, cuja estratégia principal é a educação simultânea à produção.

É importante destacar que existiram algumas condições essenciais que garantiram a incubação deste grupo, como a sensibilização para a organização coletiva e para a Economia Solidária e as capacitações para a gestão e autogestão do empreendimento, sempre buscando e criando espaços de participação das pessoas desde o seu início. Estas condições estiveram vinculadas a existência de um grupo de interessados em trabalhar coletivamente em marcenaria e de uma assessoria para incubação. Além do mais, este grupo dispunha de meios físicos adequados para se trabalhar, como edificação, instalações e ferramentas que garantiram minimamente a produção desejada.

Desde sua formação, podem ser identificados claramente alguns momentos e mudanças em sua composição. O primeiro momento foi a criação da própria marcenaria, no assentamento, vinculada ao grupo de construção das casas. Depois veio a sensibilização, das pessoas interessadas, em organização coletiva de produção de componentes para as casas e a capacitação em serviços qualificados de uma marcenaria. Em um terceiro momento, devido a rotatividade dos representantes já citado anteriormente, e outros problemas com os participantes, foi decidido em Assembléia que o grupo mais participativo assumiria a marcenaria. Este grupo passou a se denominar de Grupo da Marcenaria. O quarto momento se caracteriza pela continuidade da marcenaria como empreendimento coletivo autogestionário, formado pelas pioneiras: quatro mulheres com baixa escolaridade, com pouca remuneração e com alta motivação nos serviços em marcenaria, atividade comumente feita por homens.

Ao longo destes diferentes momentos, e após a conclusão dos componentes construtivos das habitações de Pirituba II, o grupo já atendeu encomendas diversas, entre elas o pedido de esquadrias para a construção de 77 casas em outro assentamento, e vários móveis.

4 Considerações finais

A prática participativa do mutirão habitacional está em consonância com a “economia solidária”, como estrutura de autogestão baseada na autonomia gerencial de grupos que atuam coletivamente, de maneira cooperativa.

Esta prática, no entanto, é fortalecida em associações consolidadas, onde a organização coletiva já está estruturada, garantindo relações permanentes e duradouras e que possibilitam tanto a experiência do mutirão como de outros empreendimentos coletivos autogestionários.

Antunes (2002) lembra que a autogestão pressupõe uma organização politizada que não acontece da noite para o dia e que não se pode esperar que políticas habitacionais sozinhas criem as condições de participação. A organização da comunidade é a diretriz condicionante de programas e ações fundados na possibilidade de desenvolvimento social.

Esta organização coletiva é que deveria ser estimulada por políticas públicas para garantir a continuidade de ações comunitárias que buscam melhorias de condições de vida, indo desde a habitação até a geração de trabalho e renda. É a implantação de programas que incentivem a prática coletiva autogestionária que evitará que os projetos sucumbam ao cansaço, às disputas locais, às rivalidades dos líderes ou aos efeitos do “ciclo político”, como apontou Sachs (1999).

A própria organização do canteiro de obras em um assentamento rural é muito distinta de um canteiro de obras em área urbana. Os tempos, as distâncias, a logística e as características das relações são outras. Até mesmo a organização coletiva em meio rural precisa ser estudada para se conhecer melhor as aspirações da população que vive no campo.

Embora todo o processo de mutirão, como ação coletiva, seja de grandes aprendizagens para todos os envolvidos (famílias, assessores e financiadores), este processo não ocorre sem dificuldades e conflitos. A organização das famílias para a produção das habitações é dinâmica e altera-se em função das atividades realizadas e da qualidade das relações entre as pessoas. Contudo, devem-se criar instrumentos para que as atividades aprendidas ao longo do processo construtivo permaneçam após a conclusão das obras das casas, seja ela através da formação de empreendimentos autogestionários, seja na capacitação individual para novas tarefas e trabalhos que gerem alternativas de trabalho e renda no meio rural.

Com tudo isto, percebe-se ainda um longo caminho para se configurar diretrizes para políticas públicas visando o desenvolvimento social e econômico dos assentamentos rurais. A

experiência no Assentamento Pirituba II demonstrou as brechas que podem ser exploradas quando se aproveita a formação de uma organização coletiva para produzir habitação, de melhor qualidade e maior do que o atualmente oferecido pelos programas habitacionais, gerando simultaneamente outras oportunidade de trabalho e renda. Pode-se resumir da seguinte forma as condições essenciais para que isto se reproduza e se desenvolva em outras experiências: a) organização coletiva e economia solidária onde estão presentes a autogestão, cooperação, democracia, valorização do trabalho humano e respeito a natureza; b) a Assessoria/Pesquisa no papel de acompanhamento técnico-político contínuo e permanente; c) relação com mercado, formação de redes de cooperação e trocas solidárias; d) papel do Estado como fomentador da Economia Solidária e financiador de pesquisa/assessoria; e) políticas públicas para Economia Solidária.

5 Referências bibliográficas

- ANTUNES, Maria Cristina Almeida. *A produção habitacional solidária: o processo participativo na organização do espaço urbano e na produção da moradia através de procedimentos autogestionários*. 172 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BERGAMASCO, Sonia M.P.P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol.11, n.31, p.39-47, Set/Dez 1997. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n31/v11n31a03.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2009.
- CARDIM, Sílvia E. de C. S.; VIEIRA, Paulo de T. L.; VIÉGAS, José L. R.. *Análise da estrutura fundiária brasileira*. Brasília: Instituto Nacional de Reforma Agrária, 199_?. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/servicos/0142901395.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2009.
- INO, Akemi; SHIMBO, Ioshiaqui (coord.). *O encontro de famílias e assessores: organizando grupos para projetos de habitação rural*. Brasília: CAIXA, 2007. Coleção Cadernos Inovarural. Caderno Amarelo
- INO, Akemi et al. Construindo habitação rural, com recursos locais e renováveis, e ampliando as oportunidades de trabalho e renda - *Assentamento Fazenda Pirituba (Itapeva – SP). Relatórios Trimestrais. São Carlos, Fev. 2004 – Março 2005*.
- IOKOI, Zilda M.G. et al (org.). *Vozes da terra: histórias de vida dos assentados rurais de São Paulo*. São Paulo: Fundação ITESP, 2005.
- NASCIMENTO, Carlos Alves do. *Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas*. 218 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- SACHS, Céline. *São Paulo: Políticas Públicas e Habitação Popular*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- SILVA, J. F. Graziano (coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- VEIGA, Glória V. Da; BURLANDY, Luciene. Indicadores sócio-econômicos, demográficos e estado nutricional de crianças e adolescentes residentes em um assentamento rural do Rio de Janeiro. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, vol. 17, n.6; p.1465-1472, nov.-dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v17n6/6972.pdf>>. Acesso em: 27 maio 2009.